

ENSAIO

**OS CURSOS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PERGUNTAS DE UM
(SEMPRE) INQUIETO PROFESSOR**

Lino Castellani Filho

Resumo: Partindo da premissa de que a Educação Física nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), seja como componente curricular do ensino médio, ou como curso de formação profissional em nível de graduação, deve guardar diferenciação com a forma como se faz presente nas demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), este Ensaio problematiza a questão se valendo de dados concernentes tanto à área da Educação Física (EF), quanto àqueles referentes às características próprias aos IFs, convidando os estudiosos a se debruçarem sobre o assunto, enfatizando a carência, e subsequente necessidade, de estudos sobre as especificidades da mencionada inserção.

Palavras-Chave: Formação profissional, Educação Física, Institutos Federais.

**TRAINING COURSES IN PHYSICAL EDUCATION IN THE FEDERAL
INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY: QUESTIONS
FROM A (ALWAYS) INQUIRY TEACHER**

Abstract: Starting from the premise that Physical Education in the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), either as a High School curricular component, or as a professional training course at the undergraduate level, must keep the differentiation with the way it is present in the other Federal Higher Education Institutions (IFES). Thus, this Essay problematizes the issue by using data concerning both the area of Physical Education (PE) and those referring to the characteristics specific to the IFs, and by inviting scholars to address the issue, emphasizing the lack, and the subsequent need of studies on the specificities of the aforementioned insertion.

Keyword: Professional training, Physical Education, Federal Institutes.

... Sabia tratar-se de um tema novo para mim. Em tempos que já se vão longe, fui professor de escola técnica¹. Nela pude, inclusive, elaborar e implantar, na condição de coordenador, curso de formação docente em Educação Física (EF) – nível magistério, 2º grau². Mais recentemente (2010)³, tive a honra de proferir a aula inaugural dos cursos de licenciatura e bacharelado em EF do IFSULDEMINAS, campus de Muzambinho. E mais nada.

Não elegi o tema do dossiê deste número da “Refise” como objeto de meus estudos e pesquisas, fato a lamentar, ou... Não deixar de fazê-lo quando surgisse oportunidade.

Sem dúvida, minha inquietude me deixou em estado de alerta para eventual convite, que chegou através do conselho editorial do periódico, por intermédio de professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás⁴, com o qual compartilho interesse pelos estudos voltados às políticas públicas de educação, esporte e lazer.

Desde o momento do aceite ao convite para que elaborasse texto destinado a compor o dossiê acerca da EF nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a ser publicado pela Revista de Educação Física, Saúde e Esporte (Refise), pus-me a pensar sobre que caminho deveria seguir para dar conta da tarefa.

Nesse intuito, busquei fazer a “lição de casa”, indo atrás daquilo que a literatura sobre o assunto já havia dado conta de contemplar. Fiz, então, visitas a publicações da área da Educação e da EF – dentre estas a própria “Refise” -, acessei também a bibliotecas digitais de nossas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e a plataformas digitais, duas das quais, destaco: O Centro Esportivo Virtual (CEV), que conta, dentre outras coisas, com grande e qualificado acervo bibliográfico, não só da nossa área acadêmica; e o portal denominado “A EF nos Institutos Federais”, organizado, sob forma colaborativa, pelos seus próprios professores⁵.

Concluída essa ação – ainda que não com a densidade desejada -, percebi que mais do que estabelecer respostas sobre a relação EF / IFs, o que estava ao meu alcance, para efeito

¹ Refiro-me ao período em que fui professor de EF da Escola Técnica Federal do Maranhão (1976/83).

² O curso, com vigência no período de 1982 a 1986, se voltava a estudantes oriundos do interior maranhense, já envolvidos – como leigos – na docência do componente curricular EF. Como critério suplementar de ingresso, havia o comprometer-se – através de assinatura de termo de compromisso - de regresso ao município de origem, e à função de docente da rede municipal no mínimo pelo mesmo período do afastamento (remunerado) para o envolvimento do referido curso.

³ https://cemefel.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/stories/PDF/2010/1696_01---Aula-Inaugural.pdf

⁴ Trata-se do professor Fernando Henrique Carneiro, colega do Grupo de Pesquisa “Avante”, da FEF/UnB e do Grupo Temático de Trabalho de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE.

⁵ Para acesso ao CEV, utilizar o endereço <http://cev.org.br>; para a plataforma colaborativa, <https://aedfnosifs.com.br/>; para a revista Refise, <https://intranet.limoeiro.ifce.edu.br/revistas/refise>.

de elaboração deste Ensaio, era, principalmente, formular algumas questões sobre estas relação, motivada, menos pelo encontrado, e, mais, pela ausência de indicadores justificadores da configuração da dita relação.

A premissa central tinha como suposto a existência de razões para a presença de cursos de formação superior em EF nos IFs, para além daquelas justificadoras dessa perspectiva de formação superior, nas demais instituições federais de ensino superior⁶.

Segundo informação contida na plataforma colaborativa, existem 13 cursos de Licenciatura em EF e 1 bacharelado, distribuídos nos seguintes Institutos: **IFBA** (Campus Ilhéus); **IFCE** (Campi Canindé, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte); **IFF** (Campus Centro); **IFMT** (Campus Cuiabá); **IFPB** (Campus Sousa); **IFPR** (Campus Palmas); **IFRR** (Campus Boa Vista); **IF Sudeste MG** (Campi Barbacena e Rio Pomba); **IF Sul de Minas** (Campus Muzambinho); e **IFTO** (Campus Palmas). O Bacharelado é oferecido pelo Campus de Muzambinho do **IF Sul de Minas**.

A referida premissa trazia, também, a expectativa da possibilidade de que a inserção da EF nos cursos de ensino médio, presentes nos IFs, como componente curricular, pudesse trazer diferenciações sobre a forma de sua configuração nesse nível da educação básica, da presente na rede de educação escolar, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares.

Isso porque a razão da existência dos IFs se difere das demais instituições federais de ensino superior, e, por conseguinte, também na configuração do ensino médio em seu interior, em comparação com as instituições de educação escolar / educação básica⁷.

Segundo dados do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, CONIF, de julho de 2020, existem **38** IFs, **02** Centros Federais de Educação Tecnológica, CEFETs, e o Colégio Pedro II⁸.

Por sua vez, portal do MEC⁹ afirma existirem, em 2019, mais de **661** unidades, sendo estas vinculadas a **38** Institutos Federais, aos **02** Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e a **22** escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

⁶ Refiro-me às Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas e Faculdades Isoladas.

⁷ Segundo o artigo 2º da lei 11.892/08, “os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei...”.

⁸ Consulta realizada em janeiro de 2021.

Disponível em <https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3588-conif-publica-protocolos-de-volta-as-aulas-na-rede-federal?Itemid=609>.

⁹ <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>, acessado em janeiro de 2021.

Em artigo publicado em 2020 no Periódico “Educação Profissional e Tecnológica em Revista”, intitulado “Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos”, Eliezer Pacheco assim se refere aos IFs:

Os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892\2008¹⁰. Tem como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente tecnológica, e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos, especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão¹¹.

Ainda segundo Pacheco, no mesmo artigo, elaborado com vistas a sua participação no “5º Seminário de Alinhamento Conceitual do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT ” – realizado no Instituto Federal do Espírito Santo, em novembro de 2019, onde proferiu palestra de abertura do evento, acrescenta a ideia de que os IFs

Sob o ponto de vista legal está no mesmo nível das universidades, entretanto rompendo com a matriz “UNIVERSIDADE \ ESCOLA TÉCNICA”, que estabelece uma hierarquia de saberes vinculada a hierarquia das classes sociais: Universidade para as classes e camadas privilegiadas e escola técnica para os trabalhadores. Não é, por consequência, nem Universidade, nem Escola Técnica, mas outra e inédita institucionalidade. Aquilo que Paulo Freire chamava de “inédito viável”.

Os excertos aqui trazidos, do texto de Padilha, autor de publicações indispensáveis a quem trabalha nos IFs, já nos permitem visualizar o que distingue os IFs de seus congêneres, dando assim, sustentação à resposta referente à expectativa assinalada como suposto, na premissa, por mim formulada e descrita parágrafos acima, em relação à forma da presença da EF no ensino médio.

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

¹¹ In Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n.1, 2020, p.7. O grifo é meu. O fiz com o intuito de realçar um ponto diferenciador dos IFs dos demais IFES, que merece ser checado, a fim de se saber se, de fato, foi e/ou vem sendo observado na sua instalação. Não é minha pretensão desenvolvê-lo neste Ensaio.

Mais do que um mero aparato normativo, o texto legal expressa um conceito de formação politécnica caríssimo aos que se vinculam à tradição marxista, representada no âmbito da educação brasileira, dentre outros, na produção teórica de Dermeval Saviani, difundida entre nós na década de 1980, seja em livros e artigos, seja nas aulas ministradas por ele no Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação da PUC/SP¹².

De fato, a revisão de literatura executada - na qual ganha evidência a realizada no periódico acolhedor deste Ensaio -, aponta fortes evidências da não observância de diferenças significativas entre elas, naquilo que se refere às especificidades dos IFs e das perspectivas pedagógicas adotadas por docentes dos IFs, na inserção da EF no conjunto dos componentes curriculares dos seus cursos de ensino médio.

Recentemente (2020), tive a oportunidade de ver publicado em periódico da área da educação, Ensaio¹³, de minha autoria, no qual, em certo momento, faço menção às possibilidades pedagógicas da EF na educação escolar nos atuais tempos. Embora, longo, reproduzo-o em seguida:

[...] Aos trancos e barrancos, a EF organiza sua área acadêmica, teoriza sua prática pedagógica sabendo que *toda teoria radica na prática, perspectiva e antecipa uma nova prática*, no dizer de Manuel Sergio, aqui já mencionado, em suas andanças por nossas terras, e também pelas dele, Portugal - muitas das quais, acompanhei -, e também, com outras palavras, no de Paulo Freire. Do quadro das teorias pedagógicas de então, nos deparamos hoje com os herdeiros daqueles professores que nele constavam, formados por eles em iniciações científicas, mestrados e doutorados, eventos acadêmicos e no convívio dos grupos de estudos e pesquisas que se organizaram país a fora. Elenor Kunz e a razão comunicativa de Habermas, ao lado daquilo que mais fenomenológico pudéssemos encontrar em Paulo Freire; João Batista Freire, piagetiano de mão cheia, e suas menções a Manuel Sergio, Edgar Morin e Vygotsky; Jocimar Daólio e sua apropriação de Gertz; Mauro Betti e sua aproximação com a semiótica; Wagner Wei Moreira e a fenomenologia apreendida pelo viés da psicologia. Todos formaram e influenciaram novas gerações de professores... Herdeiros da Concepção Crítico-Superadora, na qual nos localizamos, citamos o Grupo de Estudo, Pesquisa e Intervenção Profissional “Ethnós”, da Universidade Estadual de Pernambuco, coordenado pelo professor Marcílio Souza Júnior; Se espalhando em terras nortistas e nordestinas, temos o “LEPEL”, com base na UFBA sob coordenação da Professora Celi

¹² Tive a oportunidade de ser aluno de Saviani, naquela década e naquele programa de pós-graduação. Pistrak (Moisey), Manacorda (Mário Alighiero), Makarenko (Anton), foram teóricos difundidos entre nós, pelo emérito professor. Colocado em segundo plano nas duas décadas seguintes, seja pelos acontecimentos políticos vinculados à derrocada das experiências ditas socialistas, e da chegada do pensamento pós-moderno, na esteira da tese do “fim da História”, volta a ganhar fôlego por conta da necessidade de enfrentamento às ações da extrema-direita hoje presentes entre nós.

¹³ “Às voltas com o futuro: Minhas incursões na Educação Física Escolar”.

Taffarel. Indo para o Centro-Oeste, nos deparamos com o “Avante”, Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Políticas de Educação, Esporte e Lazer, coordenado pela tríade de professores constituída por Edson Marcelo Hungaro, Fernando Mascarenhas, e Pedro Athayde. Três grupos – dentre outros aqui não citados – representativos das distintas formas de apreensão da teoria social marxista.

Como sabemos, movidas pelas circunstâncias históricas, recrudescem na EF brasileira, propostas conservadoras sobre o papel que ela deva representar na Educação Básica. Assim, os presentes no quadro de 1993 Dartagnan Pinto Guedes e a “educação para a saúde”; Go Tani e sua relação com os estudos da aprendizagem motora/desenvolvimento motor; e Victor Matsudo e o binômio atividade física/saúde, novamente retornam à baila a partir de concepção retrógrada e anacrônica de saúde, distante daquela apregoada pelo campo acadêmico da Saúde Coletiva e presente nas ações do SUS, Sistema Único de Saúde brasileiro.

Todavia, é do Conselho Federal de Educação Física – Confef – a autoria de propostas que melhor representam tal anacronismo. Já em 2009, complemento da Revista “Nova Escola” trazia o documento, elaborado por ele, Conselho, denominado Diretrizes para ações de políticas públicas para Educação Física e Esporte Escolar¹⁴. Anos mais tarde (2014), o mesmo Conselho fazia publicar o livro Recomendações para a Educação Física Escolar.

Também de índole conservadora - todavia de conservadorismo distinto ao do acima comentado -, dada sua episteme filiada ao pensamento pós-moderno e, nele, às teorias pós-crítica e pós-estruturalista, mas, sem dúvida, de ética progressista, encontramos estudos e propostas da lavra do professor Marcos Neira, docente da Faculdade de Educação da USP, e coordenador do Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar.

Sem dúvida, Neira é expoente dessa linha de pensamento no âmbito da EF brasileira. Sua presença se fez notar no processo de construção da *Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Fundamental*, onde grupo eclético se constituiu para elaborar proposta para a presença da EF nessa fase da Educação Básica. Seus estudos e propostas, batizadas de EF Cultural, realçam sua relação com o culturalismo, em especial com o multiculturalismo¹⁵.

Cabe também fazermos menção às contribuições apresentadas à EF Escolar pelos professores Alex Branco Fraga e Fernando Jaime González, tanto em publicações como também em propostas curriculares desenvolvidas no Rio Grande do Sul, além de suas participações na feitura da proposta junto à BNCC, aqui já citada. Por sua vez, a cumplicidade (no bom sentido) que mantém com o professor Valter Bracht, referência maior da área e de suas intervenções, os faz signatários da presença do pensador Zygmunt Bauman nas suas reflexões¹⁶.

¹⁴ https://www.listasconfef.org.br/arquivos/publicacoes/NOVA_ESCOLA/nova_escola.pdf

¹⁵ Sobre eles, culturalismo e multiculturalismo, sugiro a leitura do Artigo escrito por Celso Frederico, professor da USP vinculado ao Instituto de Estudos Avançados, denominado O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular (Estudos Avançados 30 (87), 2016).

¹⁶ Recentemente (2019), Valter nos brindou com o livro *A Educação Física Escolar no Brasil: O que ela vem sendo e o que pode ser (elementos de uma teoria pedagógica para a educação física)*.

Também não podemos nos furtar de comentar as contribuições da professora da Unesp, Suraya Cristina Darido, envolvida que esteve na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física...¹⁷

É óbvio que a EF nos cursos de ensino médio dos IFs, não poderia se furtar a se balizar pelas abordagens e/ou concepções pedagógicas desenvolvidas no âmbito de sua área acadêmica. Mas, sem dúvida, é válido perguntar se a apropriação dessas possibilidades pedagógicas vem se dando de forma a levar em conta as especificidades dos IFs, e dos cursos de ensino médio em suas instâncias. Tenderia responder à indagação, por aquilo que encontrei na revisão de literatura realizada, que não.

Outra pergunta a ser feita, diz respeito ao perfil dos professores de EF dos IFs. Arrisco fazer menção a sua possível ecleticidade. Isso porque muitos provavelmente são originários das Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, CEFETs, que se transformaram em IFs. Viveram o processo de formação superior e de início da carreira docente no calor do processo de redemocratização da sociedade brasileira e, na EF, daquilo que passou a ser conhecido como “Movimento Renovador”¹⁸.

Outros tantos, mais recentes, ao contrário, viveram o período da expansão dos concursos para docência nos IFES¹⁹, coincidente com o ocaso das teorias críticas no âmbito da educação e EF – nessa, nunca hegemonicamente presente -, e ao emergir do pensamento pós-moderno em ambas as esferas. Claro que essas afirmações se reportam a modelos e não necessariamente, à expressão absoluta do real, motivo pelo qual requerem ser estudados.

Levanto, também, a possibilidade de outra hipótese, necessária de ser checada, qual seja o de que a importância dada à docência nos IFs, pelos seus docentes, seja maior do que a presente nas outras IFES. Isso, porque os professores dos IFs não estariam submetidos à lógica do malfadado produtivismo acadêmico que as assola de forma abominável, sendo responsável pela secundarização da docência – notadamente no nível de graduação – a favor da denominada produção acadêmica, atestada prioritariamente, quando não exclusivamente, pela publicação, soando como música de uma nota só.

¹⁷ In Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – mestrado – da Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, SC, v. 13, n° 25, p. 19-51, jan/jul 2020.

¹⁸ Sobre ele, sugiro a leitura de Ensaio, de minha autoria, publicado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE, em coleção comemorativa de seus 40 anos de existência, “40 anos de CBCE: De expressão do “Movimento de Renovação Conservadora” à síntese do “Movimento Renovador (Progressista) da Educação Física/Ciências do Esporte”.

¹⁹ Falo aqui do REUNI, Programa do Governo Federal de Reestruturação das Universidades instituído pelo Decreto Presidencial n° 6.096, de 24 de abril de 2007, que praticamente dobrou o número de vagas e multiplicou os campi das Universidades já existentes.

Fica aqui, então, convite para investigação de maior fôlego sobre os assuntos aventados.

Passo a abordar, agora, o outro aspecto contido na premissa apresentada, qual seja aquele concernente aos cursos de formação em EF dos IFs.

Estou falando de 14 cursos, dos quais 13 são de licenciatura e 01 de bacharelado. Isso em um universo de 1.318 cursos superiores de EF, segundo dados colhidos junto ao INEP - referentes a 2017 e tornados públicos em 2018 -, em estudo de mestrado concluído em 2019²⁰.

Vale fazer, aqui, menção ao estudo,²¹ realizado por mim em 2010 (com dados do INEP de 2009), colocando-o antes dos números trazidos pela dissertação da acadêmica, de 2019 (com dados do INEP de 2017) de modo a percebermos a ampliação dos cursos nas instituições de ensino superior (IES):

Estamos falando de **959** cursos superiores de Educação Física, **550** deles em *Universidades*, **248** nas de natureza *pública* e **302** *particular*. Os demais estão distribuídos nos *Centros Universitários* (**128**), *Faculdades Integradas* (**60**), *Faculdades Isoladas* (**194**) e *Institutos de Educação Superior* (**27**). Desse total, **615** estão voltados para a *Licenciatura* e **344** para o *Bacharelado*. Das *Universidades Públicas* **30** oferecem ambas as modalidades, contra **41** das *Particulares*. Já do total de *Centros Universitários*, **16** lidam com licenciatura e bacharelado. **10** *Faculdades Integradas*, **15** *Faculdades Isoladas* e **02** *Institutos de Educação Superior* abarcam ambas as possibilidades de formação.

Vejam agora os números trazidos pela Rodrigues:

Estamos falando de **1318** cursos superiores de Educação Física, **544** deles em *Universidades*, **231** nas de natureza *pública* e **313** *particular*. Os demais estão distribuídos nos *Centros Universitários* (**265**), *Faculdades* (**494**) e *Institutos Federais* (**15**). Desse total, **698** estão voltados para a *Licenciatura*, **612** para o *Bacharelado*, **1** para a Formação de Técnicos e treinadores esportivos e **7** para *Gestão desportiva e de lazer*²².

²⁰ Trata-se da Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UnB pela acadêmica Evellyn Pereira Rodrigues, sob minha orientação, intitulada “*Formação Superior em Educação Física: Possíveis entendimentos sobre a distribuição geopolítica dos cursos*”.

²¹ *Formação em Educação Física no âmbito da educação superior brasileira: Aproximações ao cenário sulamericano*. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes P.; CATANI, Afrânio Mendes. *Formação Profissional no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 2012. p. 267-289.

²² Adapte o formato de apresentação dos dados coletados pela acadêmica àquele utilizado por mim no estudo de 2010. Devemos considerar a possibilidade de inexatidão dos números mencionados, tanto na dissertação de mestrado da acadêmica, quanto no estudo por mim publicado em 2010. Isso porque distorções entre os dados

Já na ocasião de meu estudo, expressei minha exclamação acerca dos números encontrados e da ausência de critérios geopolíticos na distribuição dos mesmos no território nacional.

O número é alarmante... Se não pela dimensão territorial brasileira, certamente pela ausência de uma distribuição que se apoie em critérios geopolíticos, acarretando excesso de oferta em determinadas regiões, ao lado de carência de recursos humanos em outras tantas.

Artigo de 2018, publicado em 2020 no Journal of Physical Education, denominado “A expansão da Educação Física no ensino superior brasileiro”, traz reflexão sobre o impacto na ampliação dos cursos na qualidade da formação superior em EF, algo em torno de 300% no período de 1991 a 2004, trazendo para a área, segundo os autores²³, “*o desafio de ajustar a oferta à sustentação da qualidade...*”.

Desconheço estudo de larga escala, que nos apresente como vem se dando a formação superior em nível de graduação na EF, o que coloca em questão a base sobre a qual os autores do artigo acima se apoiaram para falar de *sustentação de qualidade*, como se ela tivesse sido atestada. Tampouco tenho notícias de estudo que se reporte aos 14 cursos de graduação em EF presentes nos IFs.

- Que critérios foram observados quando da aprovação dos referidos cursos? O que os justificaram?
- A perspectiva Geopolítica fez parte deles?
- Que licenciandos estão sendo formados nos IFs?
- Que bacharéis estão sendo colocados no mundo do trabalho?
- Possuem eles, licenciandos e bacharelados, compromisso formal de exercerem suas atividades nas regiões de “vulnerabilidade social”, alvo central dos IFs?
- Quem os está formando?
- Que relação possuem e/ou estabelecem com o curso de ensino médio de seus IFS?
- No que a formação presente nesses cursos dos IFs se difere da que vem ocorrendo nos outros 1.304 dispersos pelas outras IES?

trazidos pelo MEC foram constatadas. Optou-se, em ambos os estudos, em se ter o INEP como fonte. Não obstante esse fato, o tamanho da distorção não é suficiente para desqualificar as considerações originárias deles.

²³ Caroline Broch, Fabiane Castilho Teixeira, Juliano de Souza e Ieda Parra Barbosa Rinaldi.

Muitas perguntas. E não as faço de forma retórica. Não. Não possuo respostas prontas para elas. E não importa aqui, possuir convicções, por mais que elas tenham servido como base - em fatos recentes da política brasileira, de gravíssimas consequências para nossa sociedade -, de julgamentos realizados pela justiça (!) brasileira.

Minha inquietação não para aqui. Pelo contrário, se amplia por conta da necessidade de ver respondidas as perguntas formuladas.

Assim, convido-os a se motivarem não só a buscarem respostas para as por mim trazidas, mas também, provavelmente, a partir delas, disporem-se a formular outras tantas, de modo a cada vez mais saturarem de determinações o processo de apropriação da realidade sob a qual constroem a presença de vocês nos IFs.

REFERÊNCIAS

BROCH, Caroline; TEIXEIRA, Fabiane Castilho; SOUZA, Juliano De; RINALDI, Ieda Parra Barbosa. A expansão da Educação Física no Ensino Superior Brasileiro. *In Journal Physical Education*, v. 31, e3143, 2020.

CASTELLANI FILHO, Lino. “Às voltas com o futuro: Minhas incursões na Educação Física escolar”. *In Poiésis*. Tubarão, SC: Unisul, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, V. 14, n.25, p. 19-51, jan/jul 2020.

CASTELLANI FILHO, Lino. 40 anos de CBCE: De expressão do “Movimento de Renovação Conservadora” à síntese do “Movimento Renovador (Progressista) da Educação Física/Ciências do Esporte”. *In LARA, L.[et al.] (orgs.) Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do conhecimento em 40 anos do CBCE – Volume 1: Memória e História do CBCE*. Ijuí, RS: Editora Injuí, 2019, pp. 65-76.

CASTELLANI FILHO, Lino. Formação em Educação Física no âmbito da Educação Superior Brasileira: Aproximações ao cenário Sulamericano. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes P.; CATANI, Afrânio Mendes. *Formação Profissional no Brasil*. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 267-289.

PACHECO, Eliezer. “Desvendando os Institutos Federais: identidade e Objetivos”. *In Educação Profissional e Tecnológica em Revista*. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, v. 4, n.1, 2020, pp.4-22.

RODRIGUES, Evellyn Pereira. “Formação Superior em Educação Física: Possíveis entendimentos sobre a distribuição geopolítica dos cursos”. *Dissertação de Mestrado*. Brasília, DF, UnB, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2019.

CRENCIAIS DO AUTOR

Primeiro(a) Autor(a): Lino Castellani Filho

Instituição: Professor Livre-Docente (aposentado) da Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas.

Contato: lino.castellani@uol.com.br

Recebido em: 20/01/2021

Aprovado em: 16/03/2021